

EXCLUSÃO SOCIAL E TERRITÓRIO: APROXIMAÇÕES AO DEBATE CONCEITUAL NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Jessica Mariana da Conceição da Silva, e-mail: jessicamarianac63@gmail.com
Marília Gonçalves Dal Bello, e-mail: madalbello@hotmail.com

Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR *campus* Paranavaí

Resumo: O presente trabalho tem como objeto de estudo a exclusão social e território na perspectiva da gestão da Política de Assistência Social. Dessa forma, tem-se como objetivo compreender a relação entre exclusão social e território na perspectiva da gestão da Política de Assistência Social. Para tanto, a pesquisa foi desenvolvida a partir de revisão bibliográfica em revistas e livros relacionados ao tema e em documentos norteadores da Política. Os resultados deste estudo apontam para a importância do território enquanto aporte para a gestão da política, uma vez que é no território que a exclusão social se agudiza e, portanto, é a partir das realidades apresentadas que devem ser pensadas estratégias e soluções eficazes para o enfrentamento da exclusão social.

Palavras-chave: Território; Exclusão Social; Política de Assistência Social

Introdução

A motivação para realizar este estudo surgiu e se intensificou durante a participação como bolsista no Programa Institucional de Iniciação Científica-PIC e pesquisadora voluntária do projeto de extensão intitulado “Mapa Social do Município de Paranavaí: Subsídios à Vigilância Socioassistencial” no período de 2019 a 2021. Foi então durante este período que tive uma maior aproximação com o tema e também um maior interesse em relacionar exclusão social e território.

Assim sendo, o presente estudo tem como objetivo compreender a exclusão social e como esta se dá no âmbito territorial. Isso se justifica tendo em vista a intenção de aprofundar no Trabalho de Conclusão de Curso a ser desenvolvido no ano de 2022, a relação de inclusão/exclusão social nos territórios intra urbanos da cidade de Paranavaí.

Para tanto, partiremos da concepção de exclusão social numa perspectiva macro, enquanto uma questão estrutural que ganhou maior visibilidade na sociedade capitalista com a urbanização brasileira, a qual se mostrou incapaz

de absorver mão de obra e atender às demandas crescentes de infraestrutura, inibindo assim cada vez mais o acesso de uma parte da população aos seus benefícios. (VIEIRA, et al, 2010).

De acordo com Sposatti (1991) a exclusão social é a negação da cidadania, e que, portanto, se distingue da pobreza uma vez que esta se define em uma situação absoluta ou relativa, enquanto a exclusão alcança valores culturais, discriminações, abandono, a perda de vínculos, o esgarçamento das relações de convívio, que necessariamente não passam pela discussão sobre pobreza.

Assim, diferente também das desigualdades sociais, que parecem, muitas vezes ser inerentes à natureza humana e a qualquer sociedade, a exclusão social, embora fomentada por processos mais amplos, materializa-se por meio da gestão política que evidentemente é influenciada por tais processos. (VIEIRA, et al, 2010).

Materiais e métodos

A pesquisa proposta seguiu o método qualitativo definido por MINAYO (2009), como um método que busca coletar informações com bases históricas, opiniões, pontos de vista, que respondem questões particulares da realidade de cada sociedade. Utilizando assim como metodologia a pesquisa em documentos norteadores da Política de Assistência Social e revisão bibliográfica em livros e revistas relacionados ao tema.

Resultados e Discussão

Como resultado do estudo, constatamos que o território se apresenta como um fator dinâmico no processo de exclusão social, tendo um papel importante nas relações sociais, uma vez que são nesses espaços que se desenrolam os acontecimentos que acabam por condicionar/reforçar posições e situações sociais. (VIEIRA, et al, 2010). Sobre isso Koga (2003) afirma que:

A partir de expressões das profundas desigualdades vividas pelas populações de cidades brasileiras é que se agudiza o processo de exclusão social e é nesta relação exclusão/inclusão social que devem ser construídas propostas que se apoiam em metodologias que examinam características sociais e territoriais, e traduzem índices objetivos as desigualdades intra-urbanas. (Koga, 2003, p.27)

Nesta perspectiva, a Política Nacional de Assistência Social traz sua marca no reconhecimento de que para além das demandas setoriais e segmentadas, o chão onde se encontram e se movimentam setores e segmentos faz diferença no manejo da própria política, significando considerar as desigualdades socioterritoriais na sua configuração. (BRASIL, 2004)

Deste modo, o território passou a ter centralidade na Política de Assistência Social, sendo base para organização da rede socioassistencial e estruturação dos Centro de Referência de Assistência Social-CRAS em territórios de maior vulnerabilidade, tendo como objetivo a promoção de proteção básica às famílias que ali residem.

Contudo, embora a PNAS/2004 traga a importância do território relacional para a política, isso não significa que o mesmo tenha sido compreendido e esteja sendo incorporado pela gestão, uma vez que de acordo com Sposatti (2013) “ter um prédio não significa ter um serviço. Ter um prédio não significa efetivar direitos de cidadania. Estes só ocorrem quando da instalação da dinâmica de atenção, ou seja, quando se efetiva a relação entre os agentes que operam o serviço e a população usuária”.

Nesta perspectiva, ressalta-se a necessidade de pensar o território para além do seu uso administrativo, como ponto de partida para o planejamento da política, uma vez que torna-se evidente que não basta o reconhecimento da importância do território no campo normativo, se mostrando assim fundamental a compreensão de sua realidade e dinâmica para subsidiar dos processos de gestão pública.

Assim, para pensar a exclusão social a partir dos lugares em que vivem estes usuários, se faz importante considerar a relação destes com o meio, uma vez que estar dentro de um território não significa pertencer, controlar e se apropriar do mesmo. Portanto, a autonomia, proteção social e o direito à cidadania, só serão efetivados quando a política começar a ser pensada de “de dentro para fora”, ou seja, a partir da perspectiva e necessidades apresentadas pela população usuária, traduzidas pelos índices de desigualdade social.

Considerações finais

O presente estudo comprova que a exclusão social enquanto um processo pertinente a desigualdade social e a pobreza, apresenta múltiplas facetas, se agudizando sobretudo no território, pela falta de acesso a bens e serviços.

Nesta perspectiva, a exclusão social nos territórios se apresenta como um desafio para a gestão das políticas públicas, apontando assim para a necessidade de uma maior aproximação com o território em que os serviços estão sendo ofertados bem como com os atores que dele se utilizam, de modo que se obtenha um melhor diagnóstico da realidade concreta e das desigualdades vivenciadas, para a partir de então pensar e gestar a política de uma forma mais direcionada e eficiente, contribuindo assim para uma maior inclusão social.

Referências

BRASIL, Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. **Política Nacional de Assistência Social** (PNAS) - Brasília, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

SANTOS E. M., GUIMARÃES. T. B. **Exclusão social em cidades brasileiras:** Um desafio para as políticas públicas. Ed UNESP: SP 2010.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades:** entre territórios de vida e territórios vividos. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013^a

SPOSATI, Aldaíza. **Exclusão social abaixo da linha do Equador.** Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam. São Paulo: Educ, p. 128-133, 1999.

SPOSATI, Aldaíza. Território e gestão de políticas sociais. **Serviço Social em Revista**, v. 16, n. 1, p. 05-18, 2013.